

## **EDUCAÇÃO FINANCEIRA E VULNERABILIDADE ECONÔMICA: UMA ANÁLISE COM ACADÊMICOS DE ADMINISTRAÇÃO NO MEIO OESTE CATARINENSE**

*Djhokaeff Porto Cordeiro*<sup>ID<sup>1</sup></sup>, *Leandro Hupalo*<sup>ID<sup>2</sup></sup>,  
*Joel Cezar Bonin*<sup>ID<sup>3</sup></sup> e *Levi Hulse*<sup>ID<sup>4</sup></sup>

### **Resumo**

A educação financeira consolidou-se como competência essencial para a cidadania, sendo crítica na transição universitária para a vida adulta. O presente estudo objetivou analisar o planejamento financeiro e o perfil de endividamento de acadêmicos de Administração de uma universidade comunitária. Metodologicamente, adotou-se abordagem quantitativa descritiva, aplicando survey a 142 estudantes em Caçador e Fraiburgo, Santa Catarina, revelando uma amostra majoritariamente jovem, feminina e de baixa renda. Testaram-se hipóteses sobre autopercepção de conhecimento, resiliência e consumo. Os resultados validaram a correlação entre baixa renda e vulnerabilidade econômica imediata, indicando que quase metade dos discentes possui reservas para apenas trinta dias. Identificou-se a "ilusão de competência": apesar da autopercepção positiva, prevalecem o uso descontrolado do cartão de crédito e o comportamento imediatista, refutando a tese de que a formação técnica em gestão garante a saúde financeira pessoal. As contribuições alertam para a insuficiência do currículo teórico, demandando intervenções práticas e comportamentais nas instituições de ensino, alinhadas ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4, para promover a efetiva sustentabilidade econômica dos futuros profissionais.

**Palavras-chave:** Finanças Pessoais; Endividamento; Ensino Superior.

### **FINANCIAL EDUCATION AND ECONOMIC VULNERABILITY: AN ANALYSIS WITH BUSINESS ADMINISTRATION UNDERGRADUATES IN THE MIDWEST OF SANTA CATARINA**

### **Abstract**

<sup>1</sup>Bacharel em Administração (UNIARP), ADAMI S/A. Administrador. Residência: Caçador, Santa Catarina, Brasil. E-mail: d.cordeiro@adami.com.br.

<sup>2</sup>Doutorando em Desenvolvimento e Sociedade (UNIARP), Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). Professor. Residência: Videira, Santa Catarina, Brasil. E-mail: leandrohupalo.lh@gmail.com.

<sup>3</sup>Doutor em Filosofia (PUC-PR), Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Professor. Residência: Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. E-mail: boninj7@gmail.com.

<sup>4</sup>Doutor em Ciência Jurídica (UNIVALI), Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). Professor. Residência: Caçador, Santa Catarina, Brasil. E-mail: levi@uniarp.edu.br.



Financial education has established itself as an essential competence for citizenship, being critical during the university transition to adulthood. This study aimed to analyze the financial planning and indebtedness profile of Administration students at a community university. Methodologically, a quantitative descriptive approach was adopted, applying a survey to 142 students in Caçador and Fraiburgo, Santa Catarina, revealing a predominantly young, female, and low-income sample. Hypotheses regarding self-perception of knowledge, resilience, and consumption were tested. Results validated the correlation between low income and immediate economic vulnerability, indicating that almost half of the students have reserves for only thirty days. The "illusion of competence" was identified: despite positive self-perception, uncontrolled credit card use and immediate gratification behavior prevail, refuting the thesis that technical training in management guarantees personal financial health. As contributions alert us to the insufficiency of the theoretical curriculum, demanding practical and behavioral interventions in teaching institutions, aligned with the Sustainable Development Goal (SDG) 4, to promote effective economic sustainability of future professionals.

**Keywords:** Personal Finance; Indebtedness; Higher Education.

## **EDUCACIÓN FINANCIERA Y VULNERABILIDAD ECONÓMICA: UN ANÁLISIS CON ESTUDIANTES DE ADMINISTRACIÓN EN EL MEDIO OESTE CATARINENSE**

### **Resumen**

La educación financiera se ha consolidado como competencia esencial para la ciudadanía, siendo crítica en la transición universitaria a la vida adulta. El presente estudio tuvo como objetivo analizar la planificación financiera y el perfil de endeudamiento de estudiantes de Administración de una universidad comunitaria. Metodológicamente, se adoptó un enfoque cuantitativo descriptivo, aplicando una encuesta a 142 estudiantes en Caçador y Fraiburgo, Santa Catarina, revelando una muestra mayoritariamente joven, femenina y de bajos ingresos. Se probaron hipótesis sobre autopercepción del conocimiento, resiliencia y consumo. Los resultados validaron la correlación entre bajos ingresos y vulnerabilidad económica inmediata, indicando que casi la mitad de los discentes posee reservas para solo treinta días. Se identificó la "ilusión de competencia": a pesar de la autopercepción positiva, prevalecen el uso descontrolado de la tarjeta de crédito y el comportamiento inmediatista, refutando la tesis de que la formación técnica en gestión garantiza la salud financiera personal. Las contribuciones ponen de relieve la insuficiencia del currículo teórico, lo que exige intervenciones prácticas y conductuales en las instituciones educativas, alineadas con el Objetivo de Desarrollo Sostenible



(ODS) 4, para promover la sostenibilidad económica efectiva de los futuros profesionales.

**Palabras clave:** Finanzas Personales; Endeudamiento; Educación Superior.

## 1. Introdução

A educação financeira consolidou-se como uma competência essencial na sociedade contemporânea, transcendendo a simples gestão de recursos para se tornar um pilar de cidadania e estabilidade social. No contexto universitário, essa temática ganha relevância crítica, pois o período de graduação coincide frequentemente com a transição para a independência financeira e o primeiro contato formal com produtos de crédito. Entretanto, observa-se que a inserção no ensino superior não garante, por si só, a alfabetização financeira necessária para lidar com as complexidades do mercado, expondo os acadêmicos a riscos elevados de inadimplência e desequilíbrio orçamentário, conforme apontado por Reis, Fornari e Martins (2019) e Cattani *et al.* (2021).

O presente estudo tem como objetivo geral investigar o nível de planejamento financeiro e o perfil de endividamento dos acadêmicos do curso de Administração de uma universidade comunitária em Santa Catarina. Especificamente, busca-se: (a) caracterizar o perfil socioeconômico e de consumo desses estudantes; (b) identificar as principais fontes de endividamento e os hábitos de gestão de recursos; e (c) analisar a relação entre a autopercepção do conhecimento financeiro e o comportamento de risco, verificando lacunas que demandam intervenções educativas.

Para nortear a investigação, foram formuladas três hipóteses de trabalho. (H1): existe uma correlação positiva entre a baixa autopercepção de conhecimento financeiro e o nível de endividamento no cartão de crédito entre os estudantes; (H2): a dependência financeira familiar ou a baixa renda individual (até 2 salários-mínimos) é fator determinante para a vulnerabilidade econômica imediata (incapacidade de manutenção por mais de 30 dias) em caso de perda de renda e; (H3): o comportamento de consumo imediatista e a falta de ferramentas de controle (orçamento) prevalecem sobre o planejamento de longo prazo, independentemente do ano de curso do estudante.

A justificativa para este estudo alinha-se diretamente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, especificamente o ODS 4 (Educação de Qualidade) e a meta 4.7 (ONU, 2015), que visa garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável (Fonseca, 2025). A educação financeira, neste viés, não é apenas instrumental, mas formativa, capacitando o jovem para estilos de vida sustentáveis, consumo consciente e cidadania econômica. Compreender o cenário local de Caçador e Fraiburgo, municípios de médio e pequeno porte de Santa Catarina, permite que as instituições de ensino



desenhem currículos que atendam a essa meta global, promovendo resiliência econômica regional.

## 2. Referencial teórico

A educação financeira é um tema de crescente relevância na sociedade contemporânea, especialmente entre os jovens acadêmicos que estão em transição para a vida adulta. A formação adequada nessa área é crucial para que esses indivíduos possam tomar decisões financeiras informadas, evitando armadilhas como o endividamento e a instabilidade financeira. A literatura aponta que a falta de conhecimento em gestão financeira é um problema recorrente entre estudantes, o que pode ser atribuído à escassez de programas educacionais adaptados às suas necessidades específicas (Guimarães; Iglesias, 2021; Luft; Silveira, 2020).

Um estudo realizado por Andrade e Lucena (2018) investiga a relação entre o nível de educação financeira de diferentes grupos acadêmicos e suas características individuais e comportamentos financeiros. Os resultados indicam que a maioria dos alunos apresenta um conhecimento limitado sobre finanças pessoais, o que reforça a necessidade de intervenções educativas. A pesquisa sugere que a educação financeira deve ser integrada ao currículo acadêmico, de modo a preparar os estudantes para os desafios financeiros que enfrentarão após a graduação.

Além disso, Saraiva (2017) analisa as propostas de educação financeira em diferentes países, incluindo o Brasil, e destaca a importância de uma abordagem que considere as particularidades culturais e sociais dos estudantes. O autor argumenta que a educação financeira deve ser contextualizada, levando em conta as realidades econômicas dos alunos, para que seja efetiva. Essa perspectiva é fundamental, pois muitos acadêmicos vêm de famílias com pouco acesso a instruções financeiras formais, o que limita sua capacidade de gerir suas finanças de maneira eficaz.

A pesquisa de Kistemann Júnior e Xisto (2022) também contribui para a discussão, ao abordar a educação financeira no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Os autores ressaltam que a educação financeira deve ser uma prioridade nas escolas, independentemente do nível de ensino, pois a formação financeira é uma habilidade essencial para todos os cidadãos. A inclusão de temas financeiros no currículo escolar pode ajudar a criar uma cultura de planejamento e responsabilidade financeira desde cedo, preparando os jovens para uma vida adulta mais estável.

Outro estudo relevante é o de Cunha (2020), que discute a implementação da Estratégia Nacional de Educação Financeira no Brasil. O autor analisa como essa política pública tem buscado inserir conceitos de gestão financeira no currículo escolar, enfatizando a importância de formar cidadãos



conscientes de suas decisões financeiras. A pesquisa sugere que a educação financeira deve ser vista como uma ferramenta de empoderamento, capacitando os indivíduos a tomarem decisões que impactem positivamente suas vidas e suas comunidades.

A importância da educação financeira também é ressaltada por Cardoso (2022), que argumenta que, em uma sociedade marcada pelo consumo excessivo, é fundamental discutir questões relacionadas à alfabetização financeira e ao consumo consciente. O autor defende que a escola desempenha um papel crucial na formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de tomar decisões financeiras informadas. Essa abordagem é especialmente relevante para os acadêmicos, que estão em uma fase de formação de hábitos e comportamentos financeiros que os acompanharão ao longo da vida.

A pesquisa de Ribeiro *et al.* (2021), por sua vez, analisa a educação financeira como política pública no Brasil e seus potenciais impactos no orçamento familiar. O estudo destaca que a educação financeira não apenas promove a estabilidade econômica individual, mas também colabora para a qualidade de vida familiar, evidenciando que a compreensão de conceitos financeiros como orçamento, poupança e investimento são essenciais para que os indivíduos possam planejar seu futuro e evitar situações de endividamento.

Por fim, a pesquisa de Muniz Júnior (2018) apresenta um importante recurso didático de baixo custo voltado para a educação financeira, demonstrando que é possível implementar práticas educativas eficazes mesmo em contextos com recursos limitados. O autor argumenta que a educação financeira precisa ser acessível a todos, independentemente da condição socioeconômica, e que iniciativas como essa são fundamentais para estabelecer uma cultura de responsabilidade financeira entre os jovens. Essa abordagem tem o objetivo de democratizar o conhecimento sobre finanças, capacitando os estudantes a tomarem decisões financeiras mais conscientes e responsáveis, impactando positivamente em suas vidas pessoais e profissionais no futuro (Cordeiro; Costa; Silva, 2018).

O Quadro 1 sintetiza os principais temas e autores abordados na seção.

Quadro 1 – Síntese do referencial teórico

<b>Eixo temático</b>	<b>Principais abordagens</b>	<b>Autor(es)</b>
Fundamentos da educação financeira	Importância da formação financeira para a tomada de decisão e prevenção da inadimplência.	Reis, Fornari e Martins (2019)
Educação financeira no ensino	Integração curricular, políticas públicas (ENEF) e adaptação a diferentes níveis de ensino (incluindo EJA).	Andrade e Lucena (2018); Cunha (2020); Cardoso (2022); Kistemann Júnior e Xisto (2022)



Endividamento e comportamento jovem	Vulnerabilidade financeira, influência do marketing e comportamento de risco (cartão de crédito).	Cattani <i>et al.</i> (2021)
Contexto sociocultural e políticas	Necessidade de contextualização cultural e impacto no orçamento familiar e bem-estar.	Saraiva (2017); Ribeiro <i>et al.</i> (2021); Muniz Júnior (2018)

Fonte: os autores (2026).

A partir do Quadro 1, conclui-se que o referencial teórico sustenta a premissa de que a educação financeira constitui um importante instrumento de empoderamento individual e social. A literatura analisada converge ao indicar que ações pontuais e isoladas tendem a produzir efeitos limitados, sobretudo quando desconsideram o contexto de vida dos estudantes. Nesse sentido, os autores reforçam a necessidade de um ecossistema educacional mais amplo, contínuo e conectado à realidade socioeconômica dos sujeitos. Assim, a educação financeira ultrapassa a mera transmissão de conteúdos técnicos e passa a assumir um papel formativo mais robusto, orientado para a autonomia, a tomada de decisão consciente e a construção de práticas de cidadania e sustentabilidade econômica no cotidiano.

### 3. Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza quantitativa, com abordagem descritiva e exploratória. Segundo Marconi e Lakatos (2021) e Piovesan e Temporini (1995), a pesquisa exploratória é ideal para fases iniciais de investigação sobre comportamentos e valores, permitindo o refinamento de hipóteses. O método de *survey* (levantamento) foi adotado para mensurar variáveis de comportamento financeiro, sendo reconhecido nas Ciências Sociais Aplicadas por sua eficácia em projetar resultados a partir de uma amostra (Gil; Reis Neto, 2020).

A amostra foi constituída por 142 acadêmicos do curso de Administração de uma universidade comunitária com campi nos municípios de Caçador e Fraiburgo, localizados na região do Meio Oeste de Santa Catarina. A escolha dessa microrregião justifica-se por sua relevância econômica: Caçador, com cerca de 73 mil habitantes, possui um IDH de 0,735 e uma economia industrial forte (madeira, plástica, metalmeccânica), enquanto Fraiburgo, com 33 mil habitantes e IDH de 0,715, destaca-se na fruticultura (maçã) e pequenos negócios (IBGE, 2022a; IBGE, 2022b). Esse contexto de economia diversificada, mas com desafios de renda média, oferece um cenário propício para analisar a gestão financeira de jovens em formação.

A Figura 1 apresenta a localização dos municípios de Caçador e Fraiburgo no estado de Santa Catarina, Brasil.

Figura 1 – Localização geográfica de Caçador e Fraiburgo



**Legenda**

- Caçador, Santa Catarina
- Fraiburgo, Santa Catarina

Fonte: os autores (2026).

A coleta de dados ocorreu por meio de um questionário digital estruturado (*Google Forms*), aplicado entre agosto e setembro de 2024. O instrumento foi desenhado com base nas diretrizes de Patias e Hohendorff (2019) e Santos e Henriques (2021), garantindo a validade de conteúdo. A técnica de amostragem foi não probabilística (bola de neve), onde os participantes iniciais indicaram novos respondentes do mesmo perfil. O número de respondentes ( $n=142$ ) é estatisticamente representativo para o universo de aproximadamente 220 alunos matriculados, assegurando um nível de confiança de 95% e margem de erro de 5% (Barbetta, 2006).

Para a análise dos dados, utilizou-se a estatística descritiva (frequências, médias e percentuais) com o auxílio de planilhas eletrônicas. A análise focou em

cruzar variáveis demográficas (renda, idade, gênero) com indicadores de comportamento financeiro (dívidas, poupança, conhecimento), permitindo testar as hipóteses levantadas. A interpretação dos resultados foi fundamentada na literatura apresentada, buscando não apenas descrever o cenário, mas propor diagnósticos para intervenções futuras, conforme sugerido por Diehl, Souza e Domingos (2007).

#### 4. Resultados e discussões

A análise dos dados, obtidos por meio do *survey* aplicado a 142 acadêmicos, possibilitou um diagnóstico preciso sobre a alfabetização e o comportamento financeiro desse grupo. A discussão apresentada a seguir organiza-se em torno dos objetivos específicos da pesquisa, articulando os resultados empíricos com o referencial teórico e permitindo examinar, de forma consistente, as hipóteses inicialmente formuladas.

Atendendo ao primeiro objetivo específico, buscou-se caracterizar o perfil da amostra para compreender o contexto social em que as decisões financeiras são tomadas. Observou-se uma predominância do gênero feminino (57,7%) e de indivíduos solteiros (84,5%), com idade média de 22,7 anos. Este perfil reflete a tendência de feminização do ensino superior brasileiro, impulsionada por políticas de acesso, conforme apontado por Mendes *et al.* (2021).

A Tabela 1 apresenta um resumo do perfil dos respondentes.

Tabela 1 – Resumo do perfil dos respondentes

Variável	Categoria	Frequência (%)
Gênero	Feminino	57,7%
	Masculino	42,3%
Estado civil	Solteiro	84,5%
	Casado/Outros	15,5%
Faixa etária	18 a 23 anos	64,8%
	24 anos ou mais	35,2%
Renda mensal	Até 1 salário-mínimo	23,2%
	1 a 2 salários-mínimos	52,1%
	2 salários-mínimos ou mais	24,7%

Fonte: os autores (2026).

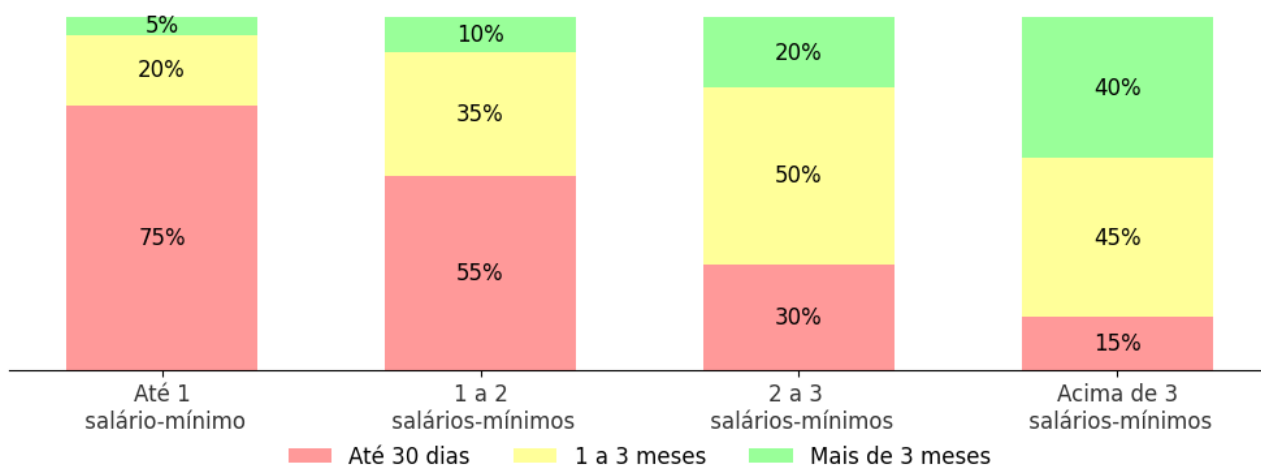


A Tabela 1 evidencia um corpo discente em fase de transição para a autonomia econômica, majoritariamente jovem e inserido no mercado de trabalho com remuneração inicial. A concentração de renda na faixa de um a dois salários-mínimos impõe um teto orçamentário rígido, limitando a margem de manobra para investimentos ou poupança robusta. Além disso, a predominância feminina e o estado civil solteiro sugerem um perfil de estudante que, embora possa ter menos dependentes diretos (filhos), frequentemente contribui para a composição da renda familiar ou assume integralmente seus custos educacionais e de subsistência.

Sob a ótica teórica, esse perfil demográfico dialoga com os achados de Mendes *et al.* (2021), que discutem a feminização e a democratização do acesso ao ensino superior, mas alertam para os desafios da permanência estudantil. A renda restrita observada na amostra valida a preocupação de Vieira *et al.* (2021) sobre a vulnerabilidade financeira de jovens brasileiros; sem um excedente de capital, a gestão financeira deixa de ser sobre "acumulação de riqueza" e passa a ser sobre "gerenciamento de sobrevivência", exigindo um nível de literacia financeira que, paradoxalmente, esses jovens ainda estão em processo de adquirir.

O Gráfico 1 apresenta a relação entre a faixa de renda e o tempo de manutenção do padrão de vida em caso de perda da renda dos respondentes.

Gráfico 1 – Relação entre a faixa de renda e o tempo de manutenção do padrão de vida em caso da perda da renda dos respondentes



Fonte: os autores (2026).

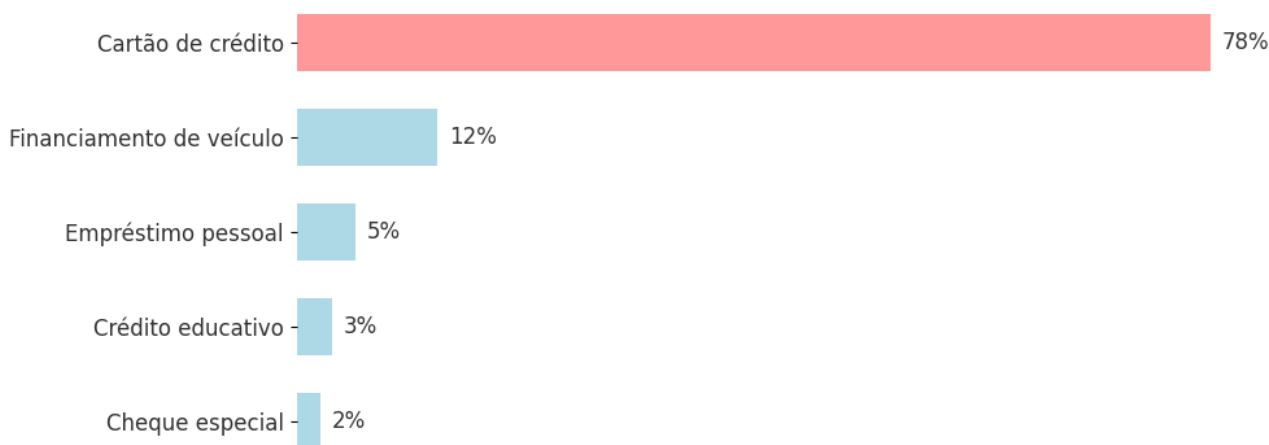
O Gráfico 1 confirma de maneira contundente a relação direta entre nível de renda e fragilidade econômica. Observa-se que a coluna referente à resiliência de "Até 30 dias" domina as faixas de renda mais baixas, diminuindo

progressivamente à medida que a remuneração aumenta. Isso indica que, para o estudante que ganha até um salário-mínimo, a perda do emprego representa um risco imediato de insolvência, visto que não há colchão de liquidez suficiente para suportar nem sequer um mês de despesas correntes.

Essa constatação alinha-se às discussões de Lima-Nunes, Andrade e Cunha (2021) e Góes-Favoni *et al.* (2022), que relacionam a insegurança econômica à desigualdade de renda e ao bem-estar psicológico. A incapacidade de formar reservas de emergência não é apenas uma falha de planejamento individual, mas um reflexo estrutural onde a subsistência consome a totalidade dos recursos. Reis, Fornari e Matins (2019) argumenta que a educação financeira, neste contexto, deve focar em estratégias defensivas e de proteção de renda, pois a teoria clássica de investimentos se mostra distante da realidade de quem opera no limite da sobrevivência financeira.

O Gráfico 2 aponta os principais tipos de dívida dos respondentes.

Gráfico 2 – Principais tipos de dívida dos respondentes



Fonte: os autores (2026).

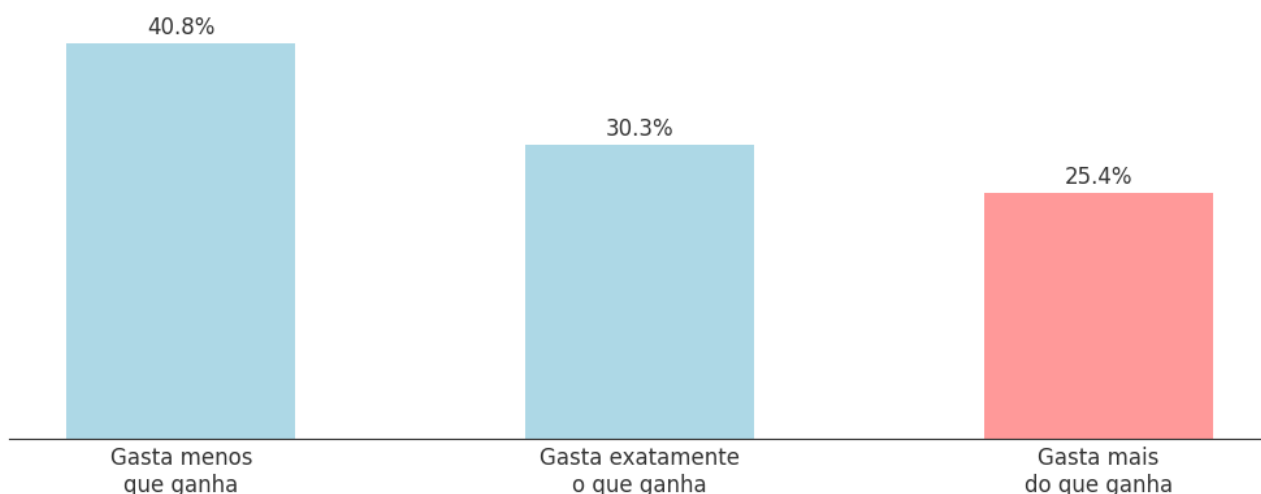
O Gráfico 2 evidencia que o endividamento dos estudantes está fortemente concentrado no cartão de crédito, cuja participação supera, com ampla margem, a soma das demais modalidades, como financiamento de veículos e crédito educativo. Esse resultado indica que a dívida não decorre, principalmente, da aquisição de bens duráveis ou da formação de patrimônio, mas do financiamento do consumo cotidiano e de curto prazo. A recorrência do crédito rotativo revela uma estratégia de sobrevivência financeira baseada no uso contínuo do limite disponível, o que compromete o equilíbrio orçamentário e amplia o risco de descontrole. Nesse contexto, o cartão deixa de atuar apenas como meio de pagamento e passa a funcionar como uma extensão artificial da renda mensal. Assim, o cenário expõe a vulnerabilidade econômica dos

estudantes e reforça a necessidade de educação financeira para promover decisões mais conscientes e sustentáveis.

Este cenário corrobora as advertências de Motta *et al.* (2024) e Bim, Carmo e Oliveira (2023), que identificam o "dinheiro de plástico" como o principal vetor de descontrole financeiro entre universitários. Segundo Santos e Souza (2014), o jovem é particularmente suscetível ao apelo do consumo imediato e à facilidade de acesso ao crédito pré-aprovado, muitas vezes sem compreender o impacto dos juros compostos a longo prazo. A prevalência dessa dívida reforça a tese de que o comportamento financeiro do estudante é marcado pelo imediatismo, em detrimento de um planejamento estruturado.

O Gráfico 3 apresenta o balanço financeiro mensal dos respondentes.

Gráfico 3 – Balanço financeiro mensal dos respondentes



Fonte: os autores (2026).

O Gráfico 3 expõe uma realidade preocupante de sustentabilidade financeira: um quarto da amostra (25,4%) opera sistematicamente em *déficit*, gastando mais do que arrecada. Somado ao grupo que gasta exatamente o que ganha (30,3%), tem-se que mais da metade dos futuros administradores não gera qualquer excedente mensal. A barra escura referente ao *déficit* evidencia o risco iminente de "bola de neve" financeira, onde o saldo negativo mensal é invariavelmente coberto por dívidas caras (como o cartão de crédito visto anteriormente), criando um ciclo vicioso de difícil ruptura.

Essa incapacidade de ajustar o padrão de vida à renda disponível remete à análise de Cattani *et al.* (2021) sobre a falta de planejamento pessoal eficaz entre universitários. A situação reflete o que Saraiva (2017) descreve como a necessidade de uma educação financeira que vá além do cálculo matemático e adentre a esfera comportamental e cultural. O fato de estudantes de Administração, que tecnicamente dominam conceitos de fluxo de caixa,

apresentarem tal performance pessoal reforça que o problema reside menos na técnica e mais na disciplina e na psicologia do consumo, conforme apontado por Muniz Júnior (2018).

Por fim, ao abordar o terceiro objetivo específico e a primeira hipótese (H1), investigou-se a correlação entre o que o aluno acha que sabe e sua realidade financeira. A pesquisa apontou que 62,0% dos acadêmicos avaliam seu conhecimento financeiro como "Regular" ou "Bom". Apenas 13,4% assumem ter um conhecimento "Ruim" ou "Péssimo". No entanto, ao confrontar essa autopercepção com os dados de endividamento, nota-se que a percepção de conhecimento "Bom" não imunizou os estudantes contra o uso nocivo do crédito.

Os dados refutam parcialmente a H1 (de que maior percepção de conhecimento levaria a menor endividamento), sugerindo a existência de um gap entre competência percebida e competência real. Interessante notar o recorte de gênero: as mulheres mostraram-se mais autocríticas em sua avaliação, classificando seu conhecimento de forma mais modesta que os homens, embora apresentem comportamentos de controle similares. Reis, Fornari e Martins (2019) alertam que a educação financeira superficial cria uma falsa sensação de segurança, onde o indivíduo acredita dominar conceitos básicos (como juros), mas falha na aplicação comportamental (como adiar gratificações).

O Quadro 2 apresenta um comparativo qualitativo entre autopercepção e comportamento real dos respondentes.

Quadro 2 – Comparativo qualitativo entre autopercepção e comportamento real dos respondentes

<b>Dimensão</b>	<b>Autopercepção</b>	<b>Comportamento real</b>	<b>Diagnóstico da dissonância</b>
Nível de conhecimento	62% avaliam seu conhecimento como "Regular" ou "Bom"	49,3% possuem baixa resiliência (reservas para < 30 dias)	Ilusão de competência: a confiança teórica não se traduz em segurança financeira prática
Uso de crédito	99,3% reconhecem que a falta de conhecimento gera dívidas	O Cartão de Crédito é a principal dívida, usado como extensão de renda	Racionalidade limitada: o aluno conhece o risco do juro rotativo, mas cede ao comportamento imediatista
Controle orçamentário	Percebem a importância do	Apenas 33,1% usam ferramentas eficazes	Gap de ferramentalização: a intenção de controlar

	planejamento para o futuro	(apps/planilhas); a maioria confia na "memória".	existe, mas falta disciplina metodológica para executar
Balanco mensal	Autodeclaração de gestão "consciente"	25,4% gastam sistematicamente mais do que ganham	Insolvência crônica: uma parcela significativa opera em <i>déficit</i> mensal, ignorando a sustentabilidade a longo prazo

Fonte: os autores (2026).

O Quadro 2 demonstra uma clara dissonância cognitiva entre a autopercepção dos estudantes e seus indicadores reais de saúde financeira. Enquanto a maioria se avalia como detentora de um conhecimento "Regular" ou "Bom", os dados práticos de baixa resiliência e alto uso de crédito rotativo desmentem essa competência percebida. O quadro ilustra o fenômeno da "ilusão de competência", onde o contato superficial com conceitos de gestão na faculdade pode gerar uma falsa sensação de segurança, levando o acadêmico a subestimar riscos reais do mercado.

Essa lacuna entre o saber teórico e o fazer prático é central na discussão proposta por Reis, Fornari e Martins (2019) e Cordeiro, Costa e Silva (2018). Para estes autores, a alfabetização financeira só é efetiva quando resulta em mudança de comportamento. O quadro valida a crítica de Cunha (2020) sobre a necessidade de políticas de educação financeira que sejam aplicadas e contextuais, e não apenas informativas. Se o estudante "sabe" que o juro é alto, mas continua se endividando, a falha não é de informação, mas de formação de atitude e de ferramentas de autocontrole diante dos apelos de consumo.

A triangulação entre os dados coletados e o referencial teórico permite emitir um veredito sobre as hipóteses norteadoras deste estudo. A segunda hipótese, que postulava a baixa renda como determinante para a vulnerabilidade econômica (H2), foi robustamente validada. A análise estratificada demonstrou que a incapacidade de manutenção do padrão de vida por mais de 30 dias é uma realidade concentrada nas faixas de renda de até dois salários-mínimos. Isso confirma que, para o estudante universitário desta microrregião, a fragilidade financeira é estrutural e diretamente proporcional à restrição de receitas, limitando a eficácia de qualquer estratégia de poupança que não considere a realidade da subsistência imediata.

Da mesma forma, a terceira hipótese foi confirmada, evidenciando a prevalência do comportamento imediatista sobre o planejamento de longo prazo (H3). A hegemonia do cartão de crédito como principal fonte de dívida, superando modalidades de investimento ou patrimônio, aliada à baixa adesão a ferramentas rigorosas de controle (como planilhas ou aplicativos), desenha um



perfil de consumo focado na satisfação presente. O fato de acadêmicos de Administração, que possuem acesso a conhecimentos de gestão, replicarem esse comportamento reforça a teoria de que o ambiente cultural e o apelo ao consumo possuem peso superior à formação técnica na tomada de decisão financeira.

Por outro lado, a primeira hipótese 1 apresentou um resultado paradoxal, sendo parcialmente refutada em sua premissa linear. Esperava-se que uma maior autopercepção de conhecimento resultasse em menores índices de endividamento (H1), porém, os dados revelaram uma desconexão entre o "saber" e o "fazer". A maioria dos estudantes avalia seu conhecimento como positivo, mas seus indicadores de solvência não refletem essa competência. Isso sugere que o conhecimento financeiro autodeclarado pode ser apenas teórico ou superestimado (viés de excesso de confiança), não sendo suficiente para imunizar o indivíduo contra comportamentos de risco se não houver disciplina comportamental e renda compatível, validando a necessidade de uma abordagem pedagógica mais prática e comportamental nas universidades.

## 5. Considerações Finais

O presente estudo dedicou-se a investigar a relação entre a educação financeira e o nível de endividamento de acadêmicos do curso de Administração em uma universidade comunitária no Meio Oeste de Santa Catarina. Guiada pelo objetivo geral de analisar o perfil de planejamento financeiro e a vulnerabilidade econômica desses estudantes, a pesquisa buscou compreender como jovens em formação gerencial aplicam conceitos de gestão em suas finanças pessoais, considerando o contexto desafiador de transição para a vida adulta e a busca pela independência financeira.

Os principais achados revelaram um cenário de fragilidade econômica latente. Identificou-se que, a despeito da formação acadêmica na área de negócios, uma parcela expressiva dos discentes não possui reservas de emergência, sendo capaz de manter seu padrão de vida por, no máximo, trinta dias em caso de perda de renda. O cartão de crédito emergiu como o principal vetor do endividamento, utilizado frequentemente como extensão do salário para suprir o consumo imediato, evidenciando uma dissonância crítica entre o conhecimento teórico percebido e o comportamento prático de gastos.

No que tange às hipóteses norteadoras, confirmou-se a segunda hipótese (H2), ratificando a correlação direta entre a baixa renda e a vulnerabilidade econômica imediata, bem como a terceira hipótese (H3), ao constatar a prevalência de comportamentos imediatistas e a ausência de ferramentas robustas de controle orçamentário. Por outro lado, a primeira hipótese (H1) revelou nuances complexas, pois a autopercepção positiva do conhecimento financeiro não se traduziu necessariamente em menor endividamento, sugerindo



que a alfabetização financeira teórica, quando isolada de competências comportamentais, é insuficiente para blindar o estudante contra a inadimplência.

Como limitações do estudo, destacam-se o recorte geográfico regional e a amostragem não probabilística, fatores que restringem a generalização dos resultados para o universo acadêmico nacional. Para investigações futuras, sugere-se a adoção de uma abordagem longitudinal que acompanhe a evolução financeira dos discentes ao longo de toda a graduação, bem como a realização de pesquisas experimentais que mensurem o impacto real de programas de intervenção e oficinas de finanças pessoais no ambiente universitário, contribuindo efetivamente para a formação de cidadãos economicamente sustentáveis.

## Agradecimentos

À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) "Edital 19/2024".

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. P.; LUCENA, W. G. L. Educação financeira: uma análise de grupos acadêmicos. **Revista Economia & Gestão**, v. 18, n. 49, p. 103–121, 2018. DOI: 10.5752/P.1984-6606.2018v18n49p103-121. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.1984-6606.2018v18n49p103-121>. Acesso em: 12 nov. 2025.

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. 6. ed. Florianópolis: UFSC, 2006.

BIM, I. C.; CARMO, J. G. do; OLIVEIRA, M. J. G. de. O cartão de crédito e o endividamento dos brasileiros. **Revista Interface Tecnológica**, v. 20, n. 2, p. 468–479, 2023. DOI: 10.31510/infa.v20i2.1790. Disponível em: <https://doi.org/10.31510/infa.v20i2.1790>. Acesso em: 19 nov. 2025.

CARDOSO, B. da S. A importância da educação financeira no âmbito escolar. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 7, n. 12, p. 75–87, 2022. DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/administracao/importancia-da-educacao-financeira. Disponível em: <https://doi.org/10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/administracao/importancia-da-educacao-financeira>. Acesso em: 10 out. 2025.

CATTANI, D. S. dos S. et al. Análise do comportamento financeiro do jovem universitário frente ao planejamento e endividamento pessoal. **Revista**



**Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 14, n. 3, p. 221–248, 2021. DOI: 10.59306/reen.v14e32021221-248. Disponível em: <https://doi.org/10.59306/reen.v14e32021221-248>. Acesso em: 10 nov. 2025.

CORDEIRO, N. J. N.; COSTA, M. G. V.; SILVA, M. N. da. Educação Financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica. **Ensino da Matemática em Debate**, v. 5, n. 1, p. 69-84, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/emd/article/view/36841>. Acesso em: 28 mar. 2026.

CUNHA, M. P. O mercado financeiro chega à sala de aula: educação financeira como política pública no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 41, e218463, 2020. DOI: 10.1590/ES.218463. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.218463>. Acesso em: 07 set. 2025.

DIEHL, C. A.; SOUZA, M. A. de; DOMINGOS, L. E. C. O uso da estatística descritiva na pesquisa em custos: análise do XIV Congresso Brasileiro de Custos. **ConTexto**, v. 7, n. 12, 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/11157>. Acesso em: 17 set. 2025.

FONSECA, P. R. Educação financeira sustentável no ensino contábil: inovações metodológicas e contribuições para a formação cidadã. **Revista Augustus**, v. 38, n. 65, p. 15-15, 2025. DOI: 10.15202/960qb888. Disponível em: <https://doi.org/10.15202/960qb888>. Acesso em: 24 jan. 2026.

GIL, A. C.; REIS NETO, A. C. dos. Survey de experiência como pesquisa qualitativa básica em administração. **Ciências da Administração**, v. 22, n. 56, p. 125–137, 2020. DOI: 10.5007/2175-8077.2020.e74026. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2020.e74026>. Acesso em: 11 set. 2025.

GÓES-FAVONI, S. P. de et al. Impactos da Covid-19 na renda familiar e sua influência no padrão de consumo alimentar de crianças matriculadas na rede básica de ensino do Município de Pederneiras-SP. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 13, p. e524111336019-e524111336019, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i13.36019. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/36019>. Acesso em: 28 mar. 2026.

GUIMARÃES, T. M.; IGLESIAS, T. M. G. Educação financeira: um estudo comparado entre os estudantes do ensino médio de um Instituto Federal de Minas Gerais. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 11, n. 1, p. 94-111, 2021. DOI: 10.18028/rgfc.v11i1.9486. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/financ/article/view/9486>. Acesso em: 28 mar. 2026.



IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades: **Caçador**, SC. 2022a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/cacador/panorama>. Acesso em: 11 set. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**: Fraiburgo, SC. 2022b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/fraiburgo/panorama>. Acesso em: 11 set. 2025.

KISTEMANN JÚNIOR, M. A.; XISTO, L. P. Educação Financeira com estudantes do 2º ano do Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município de Irupi-ES. **Educação Matemática Pesquisa**, v. 24, n. 1, p. 41–69, 2022. DOI: 10.23925/1983-3156.2022v24i1p41-69. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/1983-3156.2022v24i1p41-69>. Acesso em: 01 set. 2025.

LIMA-NUNES, A.; ANDRADE, A. de; CUNHA, D. A. da. Preocupações com a economia: desigualdade de renda e satisfação com a vida. **Revista de Psicologia**, v. 30, n. 1, p. 57–68, 2021. DOI: 10.5354/0719-0581.2021.54329. Disponível em: <https://doi.org/10.5354/0719-0581.2021.54329>. Acesso em: 01 set. 2025.

LUFT, G. F. C.; SILVEIRA, F. X. da. Práticas de literacia da informação em tempos de infodemia semiótica. **Letrônica**, v. 13, n. 4, p. e37510-e37510, 2020. DOI: 10.15448/1984-4301.2020.4.37510. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/letronica/article/view/37510>. Acesso em: 28 mar. 2026.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MENDES, T. et al. Azul ou rosa? A segregação de gênero no ensino superior brasileiro, 2002–2016. **Cadernos de Pesquisa**, v. 51, e07830, 2021. DOI: 10.1590/198053147830. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053147830>. Acesso em: 11 set. 2025.

MOTTA, V. G. et al. Características do endividamento no cartão de crédito dos estudantes da Universidade Estadual de Maringá. **International Journal of Professional Business Review**, v. 9, n. 4, e04553, 2024. DOI: 10.26668/businessreview/2024.v9i4.4553. Disponível em: <https://doi.org/10.26668/businessreview/2024.v9i4.4553>. Acesso em: 21 out. 2025.

MUNIZ JÚNIOR, I. Conversas entre o Modelo dos Campos Semânticos e a Psicologia Econômica na leitura do processo de tomada de decisão envolvendo



trocas intertemporais em Ambientes de Educação Financeira Escolar. **Boletim GEPEM**, n. 72, p. 4–24, 2018. DOI: <https://doi.org/10.4322/gepem.2018.002>. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/gepem.2018.002>. Acesso em: 24 out. 2025.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2026.

PATIAS, N. D.; HOHENDORFF, J. V. Critérios de qualidade para artigos de pesquisa qualitativa. **Psicologia em Estudo**, v. 24, e43536, 2019. DOI: 10.4025/psicolestud.v24i0.43536. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v24i0.43536>. Acesso em: 14 nov. 2025.

PIOVESAN, A.; TEMPORINI, E. R. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista de Saúde Pública**, v. 29, n. 4, p. 318–325, 1995. DOI: 10.1590/S0034-89101995000400010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-89101995000400010>. Acesso em: 07 nov. 2025.

REIS, D.; FORNARI, M.; MARTINS, E. Finanças pessoais: a importância da educação financeira e a relação com outras áreas de finanças. **Revista Calafiori**, v. 3, n. 1, p. 115–129, 2019. Disponível em: <https://calafiori.emnuvens.com.br/Calafiori/article/view/53>. Acesso em: 02 nov. 2025.

RIBEIRO, Q. D. M. et al. A educação financeira como política pública no Brasil e seus potenciais impactos no orçamento familiar. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 9, e43310918213, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i9.18213. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i9.18213>. Acesso em: 02 nov. 2025.

SANTOS, J. R.; HENRIQUES, S. **Inquérito por questionário**: contributos de conceção e utilização em contextos educativos. Lisboa: Universidade Aberta, 2021. DOI: 10.34627/3s9s-k971. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/10696>. Acesso em: 12 nov. 2025.

SANTOS, T. dos; SOUZA, M. J. B. de. Fatores que influenciam o endividamento de consumidores jovens. **Revista Alcance**, v. 21, n. 1, p. 152-180, 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=477747162008>. Acesso em: 28 mar. 2026.



SARAIVA, K. S. Os sujeitos endividados e a Educação Financeira. **Educar em Revista**, n. 63, p. 157–173, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.53867>. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.53867>. Acesso em: 19 nov. 2025.

VIEIRA, K. et al. Perda de Bem-Estar Financeiro na Pandemia Covid-19: evidências preliminares de um websurvey. **Saúde e Pesquisa**, v. 14, n. 4, p. 787–796, 2021. DOI: 10.17765/2176-9206.2021v14n4e9020. Disponível em: <https://doi.org/10.17765/2176-9206.2021v14n4e9020>. Acesso em: 06 nov. 2025.

Responsabilidade Editorial: Célia Regina de Carvalho  
Recebido em: 21 de janeiro de 2026.  
Aceito em: 05 de abril de 2026.  
Publicado em: 24 de junho de 2026.

